

**OS ARTEFATOS HISTÓRICOS COMO INSTRUMENTOS
PEDAGÓGICO-METODOLÓGICOS NA PRÁTICA DE ENSINO
DO PROFESSOR UNIDOCENTE**

Marcos Adan dos Santos Melo
UFCG/CFP
marcosadann@gmail.com

Francisco Anderson Varela Bezerra
UFCG/CFP
anderson-varela@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo visa trazer as contribuições dos artefatos históricos como instrumental pedagógico-metodológico para o professor unidocente que trabalha em salas de educação infantil e ensino de história. O interesse do estudo surgiu a partir da experiência na disciplina Fundamentos e Metodologia do Ensino de História no curso de Pedagogia do CFP/UFCG. A metodologia está pautada na revisão bibliográfica dos Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia e, de Silva e Porto (2012) a respeito da teoria e prática do ensino de história. Percebe-se que, pelo professor ser unidocente, trabalhando com complexidade lidando com a interdisciplinaridade na educação infantil, operacionaliza cotidianamente o ensino de história a partir de sua prática pedagógica multidisciplinar, e, desse modo, requer um preparo teórico-metodológico para se trabalhar com efetividade tal disciplina.

Palavras-chave: Ensino de História; Metodologias; Artefatos históricos; Unidocência.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é desenvolvido a partir de experiências enquanto discentes na disciplina Fundamentos e Metodologia do Ensino de História no curso de Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus de Cajazeiras, e, essas experiências constituem-se como interesse primordial para a escrita deste trabalho.

Visa trazer as contribuições dos artefatos históricos, estes, se constituindo como ferramentas metodológicas para auxiliar no ensino de história e como instrumental pedagógico-metodológico para o professor(a), unidocente.

Questionamos-nos como os artefatos históricos contribuem metodologicamente para a prática do(a) pedagogo(a) no ensino de história e, para tanto, nos aparelhamos metodologicamente para escrita do referido trabalho numa revisão bibliográfica, principalmente, dos Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia e, em Silva e Porto (2012) a respeito da teoria e prática do ensino de história.

Será notado, por fim, que, pelo pedagogo ser unidocente, trabalhando com a complexidade lidando com a interdisciplinaridade na educação infantil, operacionaliza cotidianamente o ensino de história a partir de sua prática pedagógica multidisciplinar, e, desse modo, requer um preparo teórico-metodológico para se trabalhar com efetividade tal disciplina.

A escrita do artigo se faz necessário no campo teórico e prático referente ao ensino de história na Educação Infantil considerando os inúmeros desafios nos quais o pedagogo(a) enfrenta diariamente no âmbito educacional, como por exemplo, a conscientização de que os educandos são sujeitos históricos; as práticas pedagógicas partindo da realidade dos educandos através do ensino de história; a formação do pensamento crítico; como também práticas de ensino que colaborem na formação voltadas para a cidadania.

Considerando os fatores supracitados e as habilidades necessárias que o pedagogo(a) necessita enquanto profissional multidisciplinar, os artefatos históricos se configuram como elemento facilitador no quesito ensino e aprendizagem para o auxílio da potencialização das habilidades cognitivas dos educandos, articulando abstrato e concreto, interligando os saberes teóricos e práticos no sentido de ressignificar práticas didático-pedagógicas.

Para uma melhor compreensão do universo que permeia a temática relacionada ao ensino de história e os artefatos como instrumentos metodológicos nas práticas pedagógicas, estruturamos o trabalho nas seguintes partes: conceituando o profissional unidocente e as suas especificidades relacionadas à Educação Infantil; abordando questões relacionadas ao ensino de história na Educação Infantil; e, por último, como essas práticas podem ser efetivadas pelos profissionais unidocentes considerando metodologias de ensino pautadas na utilização dos artefatos históricos constituídos em diferentes épocas.

PEDAGOGO: PROFISSIONAL UNIDOCENTE

Para identificarmos o pedagogo e seu trabalho no âmbito onde atua, neste caso, formal, na escola e ensinando em classes dos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, faz-se pertinente adentrarmos um pouco na história da educação da infância.

A educação das crianças limitava-se à ação da família, alocada nos costumes e tradições familiares. Entre os séculos XIV e XVI esses seres eram vistos como um adulto em miniatura, a infância era reduzida a seu período mais frágil enquanto a prole de homem ainda não conseguia ser autossuficiente. Após isso, a criança era logo misturada aos adultos, e partilhava de seus trabalhos e jogos. Ao passo que foram acontecendo mudanças sociais e políticas passou-se a reconhecer a importância do atendimento à criança. Tal atendimento, no início, apoiava-se numa visão assistencialista e compensatória e eram esses pressupostos que fundamentavam também as práticas educativas vivenciadas no interior das instituições infantis (ARAÚJO, 2005).

No Brasil, por muito tempo, as iniciativas de atendimento às crianças pequenas eram de entidades religiosas, filantrópicas e particulares. Tal iniciativa pautava-se no cuidado sem uma perspectiva educacional genuína, prevalecendo apenas uma visão assistencialista (AMORIM, 2016).

Segundo Amorim (2016) no contexto dos anos 80 prevalecia nas creches o assistencialismo enquanto que na pré-escola as crianças eram preparadas para o primeiro grau. Não era exigida formação alguma aos profissionais para o atendimento às crianças que estavam nas creches, enquanto que as profissionais que atuavam na pré-escola eram formadas no nível médio, ou curso Normal. No entanto, não possuíam, também, formação específica para trabalharem com os pequenos, pois o curso Normal formava docentes para atuarem na primeira fase do 1º grau, no caso do tempo presente, os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Com a Constituição Federal de 1988 elucidou-se no Art. 208, Inciso IV o dever do Estado em proporcionar a educação em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade. Mas foi com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 que corroborou a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica e como direito inalienável de todo cidadão.

A Educação Básica subdivide-se em três etapas, Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, preparando o sujeito para a cidadania, o mundo do trabalho e os estudos posteriores no outro Nível da educação escolar brasileira. Isto se encontra determinado pela Lei nº 9.394/96 que institui as Diretrizes e Bases da

Educação Nacional. No seu Artigo 22 esta Lei assevera que “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 2017, p. 17).

Essas Leis foram imprescindíveis para tornar visível a educação de crianças pequenas e serviram de instrumento propulsor para exigências quanto aos profissionais para atuarem nessa modalidade de Ensino. Se anteriormente não se exigia formação para professores para cuidarem das crianças pequenas, e nesse sentido um cuidar dissociado do educar, e, se para ensinar às crianças do primeiro grau, Ensino Fundamental, apenas o nível médio ou curso Normal bastava, com o aprofundamento das discussões a respeito dos sujeitos formandos, ou seja, as crianças, foram se ampliando também as discussões em torno do profissional e de suas habilidades que iria trabalhar de forma significativa com esses sujeitos abarcando sua integralidade em formação.

Ao passo que a educação de infantes se constituía como lócus de práticas significativas às determinações de Leis e produções científicas, pessoas formadas que atuavam no âmbito da Educação Infantil atribuíram a tal etapa da Educação Básica significado veemente desde que após a Resolução CNE/CP nº1/2006 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, obrigou estes cursos de graduação para que formassem profissionais para atuarem na docência na Educação Infantil, o que corroborou para que esta etapa da Educação Básica fosse específica na atuação de um pedagogo.

E o pedagogo é este sujeito, caracterizado como profissional formado em licenciatura em Pedagogia, mas que não encerra sua prática profissional apenas na docência, dado a complexidade de sua formação e a incumbência de lidar com a educação como um todo e dos processos de educação de uma sociedade.

No que concerne à prática educativa do pedagogo na primeira e segunda etapa da Educação Básica, ou seja, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, este profissional tem de dar conta de uma gama de conteúdos abarcados pelas disciplinas escolares concernentes à Educação Infantil e Ensino Fundamental, de mobilizar saberes e habilidades necessárias à prática docente e articulá-los de forma interdisciplinar. Nesse sentido, além de o pedagogo trabalhar com a multidisciplinaridade, deve, em sua prática, articular os saberes interdisciplinarmente, e isto o constitui como profissional multidisciplinar e/ou unidocente.

Por o trabalho do pedagogo agregar em sua complexidade o lido com a diversidade disciplinar, e nesta incluindo o ensino de história aos pequenos, a natureza de seu trabalho constitui-se como unidocente. A respeito da Unidocência Caixeta (2017) denota que

[...] o/a professor/a unidocente tem sido caracterizado/a como um/a profissional que trabalha ensinando as várias matérias de ensino (ciências, artes, literatura, matemática, história, geografia, língua portuguesa, educação física etc.), que para Saviani (2009) guarda alguma relação com os campos do conhecimento ou domínios da cultura que compreendem o conteúdo do ensino que compõe o currículo escolar (CAIXETA, 2017, p. 13).

No segmento da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, unidocentes são aqueles/as professores e professoras que, a rigor, permanecem todo o tempo da aula com os/as estudantes, ou ao menos, a maior parte desse tempo, responsabilizando-se pelas aprendizagens escolares (Idem, p. 13).

As habilidades que este profissional precisa mobilizar perpassam as várias matérias de ensino, além de conhecer as especificidades dos discentes, saberes necessários à prática desse profissional. A respeito disso, e de modo mais específico tomando como exemplo a prática desse profissional na Educação Infantil, Amorim (2016) compreende que

[...] a ação docente na Educação Infantil possui uma especificidade marcada pelas características próprias das crianças nessa faixa etária, quais sejam: a globalidade de suas ações, sua condição de vulnerabilidade e sua potencialidade de desenvolvimento e de conhecimento. Tal especificidade aponta, pois, para uma ação docente multifacetada, pautada na indissociabilidade cuidado-educação [...] para atuar com crianças de zero a cinco anos de idade faz-se necessário uma formação que proporcione conhecimentos teórico-metodológicos capazes de mobilizar saberes e fazeres necessários à ação docente, e que promovam o desenvolvimento pleno e integral das crianças (AMORIM, 2016, p. 164).

Nesse sentido, os cursos de pedagogia possuem disciplinas na sua estrutura curricular que abarcam os fundamentos e as metodologias das matérias de ensino, tais como: ciências, artes, literatura, matemática, história, geografia, língua portuguesa, educação física, etc., e isso, arremata o pedagogo, este profissional unidocente, com fundamentos e metodologias para ensinar tais disciplinas, cabe, no entanto, a preocupação desse profissional em sempre estar se atualizando quanto aos conhecimentos de sua prática e buscando uma formação continuada.

De modo mais específico, abarcando a proposta deste trabalho quanto ao ensino de história na Educação Infantil, é imprescindível o trabalho com os artefatos históricos, pois estes carregam traços da cultura num determinado tempo e são uma

potencial ferramenta para o ensino de história. Isto está posto nos PCNs de história e geografia.

ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A relevância de se trabalhar o ensino de história na Educação Infantil em uma perspectiva crítica configura-se fator ímpar, no que diz respeito à formação dos discentes que entendem-se como sujeitos históricos, que fazem parte de todos os processos de mudanças socioculturais referentes ao passado e presente.

Considerando que, as práticas didático-pedagógicas empregadas no âmbito da sala de aula na Educação Infantil ainda estão pautadas na perspectiva tradicional e de caráter positivista, surge a necessidade de mudanças significativas na busca de novas metodologias de ensino. Explicitando melhor esta situação Bavaresco e Ferreira (2013, p. 208) reafirmam que,

Na concepção positivista, o sujeito é apenas um receptáculo, tendo uma atuação passiva. O princípio lógico dessa linha de pensamento enfatiza a ordem, a integração, o consenso e elimina e/ou exclui as tensões e os conflitos.

A ruptura deste paradigma de ensino pautado na perspectiva positivista e tradicional, parte do pressuposto de novas concepções de ensino, em que o discente não seja concebido apenas como um mero receptáculo, uma caixa vazia em que os conteúdos serão depositados, mas sim que exista a interação professor e aluno havendo a troca de conhecimentos ou como diria Freire (1997) a educação em comunhão.

Devido o trabalho do profissional unidocente ser de caráter multidisciplinar, os desafios que já são inúmeros nas práticas de ensino, se elevam a outro patamar, pois além de trabalhar com os conteúdos de história, que é o foco central na discussão deste trabalho, ainda tem que ministrar outras disciplinas, como português, matemática, geografia, ciências e artes. Nesse sentido, a disciplina de história acaba sendo negligenciada, fazendo com que a formação dos educandos relacionada aos saberes históricos seja deficitária.

A compreensão basilar de que a história é produto das ações humanas muitas vezes acaba se distante da realidade do discente, fazendo com que ele não veja significado em compreender os processos históricos nos quais está intrinsecamente

ligado ao meio em que habita, as suas interações sociais. Auxiliando na busca de caminhos para ressignificar as práticas de ensino Bavaresco e Ferreira (2013, p. 210) citam que:

Pode-se iniciar esse entendimento por intermédio do cotidiano das crianças, oferecendo-lhes a possibilidade de se perceberem como sujeitos da sua história. Embora sejam crianças, possuem em seu interior um arsenal de capacidades invejáveis. Elas tomam consciência do mundo de maneiras diferentes a cada etapa do seu desenvolvimento. É de grande importância o educador nesse processo, ou seja, ele é uma figura central nesse cenário e precisa conhecer os pressupostos e características teóricas da disciplina em questão.

Para que o docente possa contribuir no processo de aprendizado dos discentes, é necessário que ele utilize novas metodologias e materiais didáticos no auxílio, deste modo, a utilização de matéria como os artefatos históricos pode ser inseridos nas aulas contemplando um ensino que englobe as especificidades cognitivas dos educandos nos aspectos teóricos e práticas, partindo do abstrato para o concreto, como orienta os Parâmetros Curriculares do ensino de História e Geografia:

Materiais de uso social freqüente são ótimos recursos de trabalho, pois os alunos aprendem sobre algo que tem função social real e se mantêm atualizados sobre o que acontece no mundo, estabelecendo o vínculo necessário entre o que é aprendido na escola e o conhecimento extraescolar. A utilização de materiais diversificados como jornais, revistas, folhetos, propagandas, computadores, calculadoras, filmes, faz o aluno sentir-se inserido no mundo à sua volta (BRASIL, 1997, p. 67).

A utilização de todos esses materiais configura-se como elemento facilitador na mediação das práticas do ensino de história, no sentido de potencializar as habilidades cognitivas dos educandos, contribuindo para uma melhor compreensão da sua realidade e cultura, como afirma Silva e Porto (2012) os objetos são artefatos que incorporam traços da cultura na qual os educandos inseridos na sua história.

ARTEFATOS HISTÓRICOS NA PRÁTICA DE ENSINO DO PROFESSOR UNIDOCENTE

Artefatos são objetos ou produtos culturais de determinado povo que estão situados no tempo e no espaço. Estes incorporam traços da cultura na qual foram criados e expressam necessidades, interesses e formas como o humano vive, enxerga e

idealiza o mundo. Podem ser ferramentas antigas, filmes, jogos, armas, registros escritos, registros orais, etc (SILVA; PORTO, 2012).

Todos estes artefatos constituem-se em ferramentas metodológicas para auxiliar no ensino de história, e, especificamente, na compreensão das identidades dos povos, mapeando assim, um caminho de auto-identificação, trabalhando no reconhecimento de traços de uma identidade constituída a partir de outras, pois, construímos nossa identidade a partir do outro:

O outro, na relação, ajuda a construir essa identidade; a mãe ou cuidadora desde o início da vida, o pai e a sociedade, os amigos, os amores, a cultura - todas essas instâncias, por assim dizer, com as quais nos relacionamos vão moldando nossa existência: quem somos, o que queremos, para onde vamos. (CAETANO, 2016).

Sendo assim, para fundamentar o *supra* escrito, Silva e Porto (2012) denotam que

Expressões da cultura de determinadas sociedades, os objetos podem ser explorados como portadores de possibilidades de aprendizado. No ensino de História, compreender parte da cultura por meio dos artefatos é um recurso bastante potente para o conhecimento de povos que viveram em outros tempos e espaços (SILVA, PORTO, 2012, p. 8).

Tomando este raciocínio como pontapé, os artefatos, que são expressões culturais das sociedades, podem ser explorados para compreensão da identidade de outros sujeitos, de seus espaços e em que tempos se situavam. Vê-se como metodologia imprescindível ao ensino de história por, justamente, possibilitar o conhecimento de contextos culturais e humanos de outros povos criando assim, a possibilidade de se estabelecer relações entre identidades.

Desse modo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) asseveram que “é primordial que o ensino de história estabeleça relações entre identidades individuais, sociais e coletivas, entre as quais as que se constituem como nacionais” (BRASIL, 1997, p. 32).

As confluências entre a questão da constituição da identidade e o estudo e ensino dos artefatos como metodologia no conhecimento de outros povos, confluem-se para um maior entendimento do *eu*, categoria asseverada pelos PCNs no que tange à abordagem da história com crianças pequenas.

Considerando o trabalho do profissional unidocente e as suas especificidades, no que diz respeito aos quesitos de ensino e aprendizagem que possibilitem aos

educandos um olhar crítico perante a sociedade, e, concomitantemente auxiliie na construção da sua identidade enquanto sujeitos históricos, é necessário que o profissional da educação compreenda que:

Em relação aos conteúdos, caberia as unidocentes levar em consideração as bases epistemológicas e políticas dos conhecimentos que selecionam e organizam para ensinar, avaliando e questionando o impacto desses conhecimentos na formação das crianças. Isso significa que a seleção do conhecimento pelas professoras unidocentes não se daria em qualquer fonte, mas nas fontes do saber sistematizado e à luz de diferentes áreas do conhecimento considerando as diferentes perspectivas e abordagens compreensivas da realidade no processo de apropriação do conhecimento socialmente elaborado, a fim de possibilitar aos/as estudantes condições para pensar criticamente a realidade em seu caráter dinâmico e contraditório (CAIXETA, 2017, p. 74).

Ao selecionar os materiais didáticos que possam auxiliar nas aulas referentes ao ensino da história, o profissional unidocente deve compreender que, é necessário haver um significado sociocultural e histórico para o discente, interligando os elementos didático-pedagógicos a sua realidade vivenciada. Deste modo, facilitando as práticas de ensino de modo significativo.

Por fim, é importante ressignificar esta última citação no que diz respeito ao conceito de Nação, posto acima com o termo, “nacionais”. É certo que haveria de ter um dispêndio de tempo maior para uma boa elaboração de estudos, bem como de material bibliográfico significativo para um melhor aprofundamento. Mas por raso e insipiente que seja, é certo afirmar que o ensino de história deve fugir de acepções generalizadas, fincadas em histórias que delineiam um tipo específico de herói, e, impõem uma identidade, a partir dos estudos formais, padronizada, nacional, mas excludente, que não dá a possibilidade de aparecerem as múltiplas identidades, as histórias diversas, que foram escondidas por relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado ao longo de todo o trabalho, sobre as discussões referentes aos artefatos históricos como instrumentos didáticos que auxiliem na busca de novas metodologias de ensino, foi possível concluir que, a utilização de novos instrumentos que possam ressignificar o ensino de história na Educação Infantil de modo positivo configura-se como fator ímpar para estabelecer uma relação significativa

de ensino e aprendizagem, descentralizando o modo atual de como o ensino de história está inserido no âmbito da sala de aula.

O pedagogo(a), apresentado neste trabalho a partir do conceito de unidocência, que adentra no âmbito da Educação Infantil numa perspectiva multidisciplinar, enfrenta diversos desafios pelo fato de lidar com inúmeras disciplinas concomitantemente, algo que dificulta ainda mais a sua tarefa em ensinar a disciplina de história na Educação Infantil, de modo a formar sujeitos críticos e conhecedores da história nos mais diversos aspectos sociais e culturais.

Percebe-se que, pelo pedagogo ser unidocente, trabalhando com complexidade lidando com a interdisciplinaridade na educação infantil, operacionaliza cotidianamente o ensino de história a partir de sua prática pedagógica multidisciplinar, e, desse modo, requer um preparo teórico-metodológico para se trabalhar com efetividade tal disciplina.

Compreendendo a relevância de se trabalhar com instrumentos que transcendam os materiais didáticos tradicionais, enfatizamos aqui a necessidade de implementação de novos métodos que favoreçam uma aprendizagem significativa, na qual o educando sinta-se como parte integrante das discussões realizadas no âmbito da sala de aula. Para tanto, o uso dos artefatos históricos no auxílio da construção histórica e social de determinadas sociedades é de suma importância na busca de trilhar novos caminhos e possibilidades de ensino.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A. L. N. Formação de professores de educação infantil no alto Sertão Paraibano. In: LOPES, W. J. F; MORAIS, S. M. **Formação de professores e identidades docentes em questão: o que nos ensina os 35 anos de pedagogia no alto Sertão Paraibano.** Fortaleza: Imprece, 2016.

ARAÚJO, R. M. B. **A formação dos professores para a educação infantil: novos olhares.** Revista de Educação do Cogeime, ano 14, n. 27, p. 55-65, dez. 2005.

BAVARESCO, P. R.; FERREIRA, A. O ensino de história na educação infantil: um novo tempo. **Unoesc & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 4, n. 2, p. 207-214, jul./dez. 2013.

BRASIL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

CAETANO, A. A. **Ser humano em relação é ser humano fazendo trocas constantes.** 2016. Disponível em: <<http://www.vyaestelar.com.br/post/6206/o-outro-na-relacao-ajuda-a-construir-a-nossa-identidade>>. Acesso em: 4 de mai. 2018.

CAIXETA, S. S. **Unidocência:** uma análise do trabalho pedagógico de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental. 2017. 134f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

SILVA, M. A.; PORTO, A. **Nas trilhas do ensino de história:** teoria e prática. Belo Horizonte: Rona, 2012.